

**MEMÓRIA DA 36ª REUNIÃO DO COLEGIADO DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2020, com início às 10h, por meio do aplicativo Zoom, foi realizada a 36ª Reunião Ordinária do Colegiado da Rede de Controle da Gestão Pública – PR (RCGP-PR). Participaram os representantes das seguintes instituições: Advocacia Geral da União – AGU, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, Controladoria-Geral do Estado – CGE, Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério Público de Contas do Estado – MPC, Ministério Público do Estado – MPPR, Observatório Social do Brasil – OSB, Polícia Federal – PF, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Receita Federal do Brasil – RFB, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP/PR, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas da União – TCU e Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da ALEP, MPT, MPF, PCPR e SEJUF.

**Luiz Gustavo Andreoli**, representando o TCU, iniciou a reunião às 10h e deu as boas-vindas aos participantes e solicitou aos presentes que fizessem uma rápida apresentação.

Finalizada essa etapa passou ao primeiro tema da pauta: Finalização da coleta de assinaturas do Acordo de Cooperação.

**Gustavo** esclareceu que buscou o acordo anterior para checar o motivo da necessidade de celebrar um novo instrumento. Em razão daquele possuir cláusula de vigência por prazo indeterminado foi necessário providenciar um novo acordo. Informou que ainda faltavam as assinaturas do MPPR, PF e TCE. Quanto ao Tribunal de Contas do Estado foi combinado que assinaria o documento após a assinatura dos demais.

**Penélope**, delegada da PF, informou que o processo foi tramitado para Brasília com pedido de análise de urgência e acredita que em breve teria novidades sobre a assinatura do Acordo.

**Gustavo** disse que a ALP, que era signatária do acordo anterior, não seria mais signatária.

**Bruno Galati**, MPPR, falou que o acordo de 2014 teve o mesmo processo difícil de coleta de assinaturas e por isso sua vigência foi definida por prazo indeterminado.

**Maurício Kalache**, MPPR, informou que localizaram o expediente sobre a assinatura do Acordo de Cooperação no MPPR e que o documento percorreu algumas instâncias necessárias pois não deixa de ser um contrato. Destacou que já conversou com o Procurador-Geral e que este faria a assinatura tão logo fosse possível. Disse que a alteração do Acordo se deu em razão de entendimento da jurídica da CGU que levando em conta a lei 8.666/93 definiu não ser possível a existência de acordo por prazo indeterminado.

Esclarecida a situação sobre a assinatura do novo Acordo de Cooperação, Gustavo passou ao segundo item da pauta: “Eleição da nova Coordenação Executiva: Coordenador, Coordenador Adjunto, Secretário e Secretário Substituto”

**Gustavo** informou que, conforme regimento, não havendo mais interessados o MPPR por se mostrar interessado seria aclamado para assumir a coordenação da Rede.

A palavra foi aberta para que os demais partícipes informassem se havia interesse de seus órgãos em assumir a coordenação da Rede. Não havendo manifestação, o MPPR foi aclamado, sendo indicado como novo Coordenador da Rede o Senhor Maurício Kalache.

**Raul**, CGE, na sequência se colocou à disposição do MPPR para auxiliar nas atividades da Rede e apoiar a Coordenação do MPPR.

Assim também se manifestaram os Senhores **André Tesser**, Celepar, e **Gustavo**, TCU.

**Gustavo** pediu a palavra e manifestou sua gratidão por estar à frente da Rede. Ressaltou que quase 100% dos órgãos estavam presentes nas reuniões realizadas em sua gestão. Agradeceu à CGU por secretaria a Rede, parabenizou o colega Luciano (TCU) e também parabenizou a comissão de inteligência, ao Hayashi (SEJUF) e William (MPC) pelo trabalho relacionado ao assunto da previdência.

Fez dois destaques especiais e agradeceu ao Rafael Ayres (TCE/PR) e Leonardo (MPPR) pois sempre que precisou, em poucos minutos, teve apoio dos colegas.

Destacou a participação do OSB em 2020. Informou que Ney trouxe para a Rede do Paraná a proposta sobre a Força tarefa cidadã. Dar tratamento mais célere para indícios de irregularidades verificados nos municípios (nas pontas) com o apoio da Rede.

Disse que num dos municípios, por meio da atuação de voluntário do OSB – Alexandre Gallo, e com o apoio da Rede, foi economizado cerca de 1,6 milhão decorrente da republicação de edital de licitação. Evidenciou que no despacho da Ministra do TCU foi registrada a atuação dos parceiros da Rede (TCE e OSB), os quais contribuíram significativamente para o resultado.

**Gustavo** disse que tiveram 6 casos de licitações relacionadas à emergência do COVID 19 (por volta de 10 milhões de reais). Todos esses casos, que estavam em fase de edital, foram trazidos à Rede pelo OSB. Os órgãos conversaram e atuaram para tratar as situações problemáticas. Em alguns casos havia 3 órgãos atuando na mesma situação.

**Gustavo** falou que, de forma geral, o cidadão possui dificuldade em identificar a quem recorrer quando verifica algum problema. Disse que a dificuldade também é encontrada pelos próprios órgãos e que é de suma importância o trabalho conjunto.

Falou que talvez dentro da Rede possa ser criada uma comissão ou um grupo operacional para atuar mais no controle. Alguns órgãos talvez tenham um interesse mais específico sobre alguns assuntos. Esse grupo atuaria em situações que requerem maior sigilo.

**Gustavo** pediu desculpas se pecou pela sinceridade. Agradeceu a todos novamente e passou a palavra para Maurício (MPPR).

**Maurício**, novo Coordenador da Rede, disse que gostaria de continuar sob a coordenação do Luiz Gustavo, que este tem uma liderança suave, carismática. Disse que tem um desafio enorme em suceder Gustavo: pelas características pessoais deste, por ser novo no grupo e por ser pouco conhecido. Disse que primeiro precisará se fazer conhecido, o que tomará algum tempo da Rede. Destacou que passa a ter grande responsabilidade.

Ressaltou que pela vontade dos colegas Gustavo não deixaria a Coordenação. E pediu para que antes de deixar a Coordenação, Gustavo aproveitasse o seu mandato e preenchesse os demais cargos da Rede: Coordenador Adjunto, o Secretário e Secretário substituto.

**Gustavo** retomou a palavra e questionou se algum Órgão Federal gostaria de fazer parte da composição. Após algumas manifestações, assim ficou composta a Rede: Coordenação, MPPR, Vice-Coordenação, TCU, Secretaria, CGE, e Vice-Secretaria, CGU.

Na sequência **Maurício** agradeceu ao Gustavo e destacou que todos os órgãos devem atuar com a mesma importância e que tem a compreensão que cada instituição tem seu tempo e seu modo de atuar.

Disse que às vezes as instituições participam de forma muito personalista. E que nem sempre o colega que participa das reuniões da Rede passa essas informações para o seu órgão ou divulga as atas da Rede, sendo necessário a cada nova reunião recomeçar, demandando um grande tempo para inteirar os presentes sobre os temas discutidos.

Frisou que os indivíduos estão representando os órgãos e devem ter o compromisso de divulgar as informações da Rede para a sua instituição, de forma que o maior número de pessoas do órgão saiba o que de fato acontece na Rede.

Sugeriu que seja feita uma clara distinção entre o que são as reuniões ordinárias no plenário e as reuniões da Rede. E pediu aos presentes que tragam mais servidores para participarem da Rede. Que os membros das comissões sejam diferentes daqueles que participam do plenário.

**Maurício** informou que o MPPR gostaria de sugerir vários nomes da instituição para participarem das comissões da Rede e acompanharem as tarefas realizadas por esta. Além da participação permanente do Dr. Bruno, Leonardo e Cláudio Félix nas comissões, outros colegas também serão chamados a participar. O objetivo é divulgar as informações para que a ideia da cooperação não se perca.

**Maurício** pediu para cada uma das instituições presentes não só divulgar mas procurar indicar o maior número de colegas com o perfil adequado para as comissões para que as instituições não vivam uma entressafra de representação no grupo.

Sobre a criação de um grupo operacional, **Maurício** disse que primeiramente gostaria de parabenizar Luiz Gustavo pela sugestão e depois aderir a ideia. Destacou que Ney (OSB) possui reclamações de diversos cidadãos e pretende que a Rede entregue uma solução, mas no ambiente da reunião plenária dificilmente conseguirá resolver a situação. Precisa ter no âmbito do colegiado, sem se confundir com o colegiado, um grupo que pudesse se encarregar do operacional. Não significa que o grupo resolverá os problemas mas terá a responsabilidade, no âmbito da respectiva instituição, de divulgar o fato e procurar a solução.

Ressaltou que não é possível realizar no âmbito do colegiado o compartilhamento de informações de cunho sigiloso. Há a necessidade de ter um grupo na rede para tratar dos casos concretos ou para colocar em prática um plano de ação que o colegiado entenda ser necessário.

Avisou que sua primeira contribuição seria sujeitar a ideia da criação do grupo operacional ao colegiado de forma que os membros manifestassem a vontade em participar.

**Valéria** (MPC) pediu a palavra e disse que o grupo operacional poderia atuar em razão da situação concreta.

**Maurício** mencionou que seria interessante que a PF atuasse no grupo. No entanto, **Penélope** informou que conversaria com as instâncias superiores para dar uma resposta sobre a participação do Órgão.

**Maurício** questionou a SESP sobre o interesse em participar. O servidor **Campolim** disse que daria uma resposta após consultar o Secretário.

**Raul** (CGE) colocou o órgão à disposição e também disse que já poderia colocar a SESP à disposição pois tem contato com o Governador e que há interesse do Estado em colaborar com a Rede de Controle.

**Valéria** disse que precisa pensar na modelagem de forma que não comprometa o funcionamento do grupo. Que a atuação poderia ocorrer conforme o caso concreto.

**Penélope** disse acreditar ser prematuro fazer o desenho do grupo. Que seria necessário fazer uma conversa entre os membros e trazer a modelagem mais amadurecida na próxima reunião.

**Maurício** disse que se satisfaz inicialmente com a criação do grupo e posteriormente na próxima reunião será feita a sua composição.

**Gustavo** ponderou que Valéria tem razão no sentido de tomar mais cuidado com a composição da Rede. Gustavo disse que verificará quais outras redes possuem esse grupo operacional e numa próxima reunião (com os órgãos que tem interesse no grupo) poderá ser discutido o desenho do grupo.

Destacou que o objetivo é apartar assuntos de forma informal. Mas talvez surjam assuntos que nem para o grupo operacional possa ser levado.

Exemplificou que o TCU possui interesse em conhecer melhor a terceirização ou quarteirização na área de saúde. Disse que poderia utilizar as informações do grupo mas que poderia haver algum conflito de informações, impedindo que essas fossem utilizadas. Esclareceu que é preciso estabelecer um limite no grupo quanto às atribuições e troca de informações. Limite quanto às tratativas de assuntos mais sensíveis.

**Maurício** informou que a necessidade do grupo operacional se justifica não para tratar de assuntos ordinários e de funções tradicionais. O objetivo é funcionar como uma porta de entrada para trabalhos mais específicos. Quando houver um assunto interinstitucional, os membros do grupo operacional ficarão responsáveis por levar o assunto aos órgãos com o objetivo de trazer uma solução mais pontual. Sem comprometer a liderança das instituições.

Novamente ressaltou que é necessário envolver mais atores das instituições com os compromissos da Rede. Pediu para que fossem confirmados os representantes das comissões permanentes ou novas indicações fossem realizadas pelos órgãos.

Destacou que atualmente a AGU não possui representante indicado para a Comissão de Capacitação.

Combinou que seriam encaminhados ofícios ou e-mails para todas as instituições para que confirmassem ou indicassem os membros das comissões. Sugeriu que não se repetisse nas comissões o servidor que já participa do plenário.

**Maurício** informou que deixaria a próxima reunião da Rede previamente agendada para o dia 05 de fevereiro de 2021, às 10h.

**Raul** sugeriu realizar a reunião bimestralmente, sempre na primeira sexta-feira do mês, às 10h.

**Maurício** destacou que as reuniões das comissões podem acontecer quantas vezes os membros quiserem, reservando as reuniões do plenário para as decisões macro. Destacou que a Rede precisa ter mais visibilidade, inicialmente dentro das entidades.

Antes de finalizar a reunião **Bruno Galati** pediu a palavra e agradeceu ao Luiz Gustavo por sua gestão. Destacou alguns acontecimentos decorrentes da atuação da Rede, em especial a recomendação assinada pelo TCE e pelo MPPR sobre a necessidade de dar transparência aos gastos para enfrentamento da COVID-19, encaminhada aos prefeitos. Galati informou que a recomendação foi baseada em requisitos aprovados pela Rede e que foi um grande acontecimento.

Falou também sobre o trabalho relacionado à fiscalização dos portais em relação às informações relacionadas ao COVID. Sobre a decisão do TCU baseada em trabalho da Rede. Sobre o trabalho desenvolvido, na gestão do Gustavo, em demandas que chegaram especificamente da sociedade. Ressaltou que tudo isso é mérito da gestão da Rede e mesmo com suas dificuldades a Rede está avançando.

**Bruno** falou sobre a importância de manter um grupo de trabalho formado pelo TCE, TCU, CGU e MPPR. Talvez sendo necessário aproximar o MPContas. É preciso definir requisitos mais uniformes para os portais de transparência e considera muito importante que a Rede continue a trabalhar nesse assunto.

Deixou seu abraço ao Gustavo por todo o trabalho desenvolvido, novamente reconhecendo sua liderança, e desejou ao Maurício, novo Coordenador da Rede, sucesso e ótimo final de ano para todos.

**Maurício** retomou a palavra e disse que há um reconhecimento pela capacidade do Gustavo de encantar.

Agradeceu a indicação para gerenciar o grupo. Desejou que em 2021 todos os sonhos e propósitos que ficaram adiados pela COVID se realizem, sendo a reunião encerrada às 12h.